ATA DA 180ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 180ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência.

Conselheiros presentes: Leonardo José Gomes (SMOBI), José Adeilson Colares (URBEL), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Aurora Pederzoli (SLU), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Lívia de Souza Pancrácio de Errico (CMSBH), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA), Regina Andréa Martins (CAU-MG) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Frederico Luciano Santos (SMOBI), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Thaysa Drummond Martins (SMSA), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Fernando de Oliveira Silva (COPASA).

O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo José Gomes, verificando o quórum, iniciou a reunião informando as pautas: apresentação, pela Subsecretaria de Zeladoria Urbana, da Operação e Manutenção das Bacias de Detenção de Cheias e; apresentação, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, dos Planos de Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha.

A palavra foi repassada à Diretora de Manutenção de Bacias - DMAB, Ana Paula Fernandes, que procedeu à apresentação do primeiro ponto de pauta.

A palestrante iniciou sua explanação informando que o Município conta, atualmente, com 22 estruturas em operação, com o objetivo de reduzir os impactos das inundações em Belo Horizonte. As bacias de detenção abrangem tanto a bacia do Arrudas, quanto a bacia do Onça e armazenam 7,60 milhões de metros cúbicos de água. Além das bacias de detenção em operação, o Município dispõe de outras em ampliação, em construção e algumas em planejamento. A palestrante mostrou alguns exemplos de bacias de detenção: Barragem Santa Lúcia, que amortece as inundações na região da Avenida Prudente de Morais; as bacias de detenção da Várzea da Palma; a caixa de captação da Avenida Vilarinho, que contribui para a redução das inundações na confluência dos córregos Vilarinho e Nado; a barragem no Parque Primeiro de Maio, com parque linear integrado; a Lagoa Seca do Belvedere que recebe contribuições da microdrenagem da região, além de um volume expressivo do escoamento superficial. A palestrante apresentou, ainda, a eficiência das bacias de detenção no amortecimento de chuvas de 10 e 50 anos: a bacia do Vilarinho, por exemplo, tem uma eficiência de 30% para chuvas de 10 anos e 82% para chuvas de 50 anos. A diretora informou que, dentre as 22 estruturas de detenção, 11 são barragens (06 em operação antes de 2022 e 05 em operação ou construção após 2022), sendo que todas já possuem Plano de Segurança de Barragens, estando as seis barragens mais antigas sob monitoramento e as mais recentes, com monitoramento a ser iniciado ainda em 2026. A palestrante explicou que a gestão de segurança, manutenção e monitoramento das barragens compreende ações de desassoreamento anual dos leitos dos reservatórios de todas as bacias sem espelho d'água; roçada, capina e limpeza manual semestral em todas as bacias de detenção; recuperação de erosões em canais e margens dos reservatórios; limpeza, recuperação e recomposição de dispositivos de drenagem superficial das bacias de detenção; monitoramento das barragens; e instalação de instrumentação complementar.

A palestrante informou que as inspeções periódicas são realizadas por consultoria externa especializada, devidamente habilitada e cadastrada junto ao IGAM, sendo emitidos Relatórios de Inspeção Regular a serem apresentados ao IGAM. A classificação das estruturas de segurança é feita a partir de um indicador denominado "Nível de Perigo Global - NPG", graduado de 0 a 3. O NPG 0 – Normal: é atribuído quando o efeito conjugado das anomalias não compromete a segurança da barragem; o NPG 1 – Atenção: é atribuído quando o efeito conjugado das anomalias não compromete de imediato a segurança da barragem, mas caso venha a progredir, pode comprometê-la, devendo ser controlada, monitorada ou reparada; o NPG 2 – Alerta: é atribuído quando o efeito conjugado das anomalias compromete a segurança da barragem, devendo ser tomadas providências imediatas para eliminá-las e o NPG 3 – Emergência: é atribuído quando o efeito conjugado das anomalias representa alta probabilidade de ruptura da barragem. Dentre as barragens antigas no Município (Pampulha, Santa Lúcia, Bonsucesso, Engenho Nogueira e Primeiro de Maio), apenas a barragem da Pampulha está com nível 1, com algumas recomendações que precisam ser feitas a médio prazo para não comprometer sua segurança, mas que não colocam em risco a estrutura da barragem no momento. As demais barragens estão normais. A intervenção a ser realizada na bacia da

Pampulha é a reconstrução da bacia de dissipação, danificada nas chuvas de 2020. As bacias recentes em construção ou operação (Camarões, Olaria, Jatobá, Lareira 1 e Lareira 2), por não serem monitoradas continuamente, foram classificadas como nível 1, Atenção. A expectativa é de que, quando for iniciado o monitoramento regular dessas barragens, elas sejam classificadas como nível normal.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

A Conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, questionou sobre a bacia de detenção da Avenida Álvaro Camargos, cuja obra parece paralisada. Perguntou, ainda, se o plano de monitoramento avalia o entorno, o crescimento urbano, a ocupação e a redução de áreas verdes. Questionou, também, sobre a mata do Lareira e a viabilidade de criação de um parque no local para preservação ambiental.

Em resposta, o Conselheiro e presidente do COMUSA, Leonardo Gomes informou que a bacia da Avenida Álvaro Camargos está em obras e será entregue para gestão da Diretoria de Manutenção de Barragens quando a obra for concluída. Informou que a licitação deve ser lançada em julho e vai abranger também a bacia do Vilarinho e a reconstrução do barramento do Córrego do Nado (Parque Lagoa do Nado).

Em complementação, a Diretora de Manutenção de Barragens, Ana Paula Fernandes, abordando o Plano de Monitoramento, explicou, utilizando o exemplo da Barragem Santa Lúcia, construída na década de 1980, que a mesma perdeu eficiência por causa da impermeabilização no entorno. Ressaltou a importância de considerar o planejamento urbano no projeto, já que a Norma prevê uma revisão da ocupação a cada cinco anos. Sobre a bacia do Lareira, informou que alguns parlamentares da Câmara Municipal estão tentando transformar a bacia do Lareira em um parque e que será necessário aguardar as discussões entre o Legislativo e o Executivo.

O Conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, informou sobre uma decisão liminar suspendendo qualquer obra na região do Lareira e que a pauta sobre esse assunto foi retirada do COMAM.

A Diretora de Manutenção de Barragens, Ana Paula Fernandes informou tratar-se de uma área particular, sendo as obras de empreendedor privado.

O Conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, ressaltou tratar-se de uma área de preservação permanente - APP, que teve um laudo favorável da Prefeitura para execução da obra e, por isso, iniciou-se a mobilização da sociedade civil contra o empreendimento.

O Conselheiro e representante da SMPU, Isaac Medeiros, informou que a área compreende um parcelamento de solo antigo, com lotes registrados, onde funcionava um clube e, recentemente, concederam os lotes de contorno para ocupação. Destacou a importância do planejamento urbano e ressaltou que o Plano Diretor resguarda a ocupação das cabeceiras na região do Lareira, que tem um zoneamento ambiental e prevê uma taxa de permeabilidade maior para o solo.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, questionou sobre o planejamento das bacias de detenção e barramentos previstos pela DMAB e sobre quais devem se tornar parques lineares. Sugeriu que quando a licitação para recuperação do barramento no Parque Lagoa do Nado for lançada, que a proposta seja apresentada ao COMUSA.

Em resposta, a Diretora de Manutenção de Barragens, Ana Paula Fernandes, informou que a DMAB faz a operação e manutenção das bacias e barragens e que o planejamento está previsto na Instrução Técnica de Drenagem, disponível para consulta. Ressaltou, ainda, a importância de utilizar soluções que se complementam, adotando tanto soluções tradicionais quanto baseadas na natureza, para garantir a mitigação das inundações no Município.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, questionou sobre a situação das obras da bacia do Cachoeirinha, Pampulha e Onça.

Em resposta, o Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, informou que a referida obra, denominada Praça das Águas, foi paralisada e que está sendo realizada uma nova licitação para sua conclusão. Pontuou que as intervenções executadas já contribuíram, no último período de chuvas, para mitigar os alagamentos na região da Avenida Cristiano Machado.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, questionou sobre o Plano de Segurança da Barragem da Pampulha, ações que estão sendo tomadas e o monitoramento da Lagoa. Perguntou também se o Plano de Segurança foi apresentado ao Consórcio Pampulha Viva.

Em resposta, a Diretora de Manutenção de Barragens, Ana Paula Fernandes, informou que o Plano de Segurança da Pampulha foi apresentado para os municípios a jusante, como Santa Luzia, conforme instrui a legislação, pois seriam os municípios afetados em caso de ruptura. Agradeceu a sugestão e disse que providenciaria a articulação para fazer a apresentação ao Consórcio.

Encerradas as manifestações, a palavra foi repassada ao Conselheiro e representante da SMMA, Pedro Franzoni, que procedeu a apresentação do segundo ponto de pauta: Planos de Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha.

O conselheiro informou que a Lagoa da Pampulha é um lago artificial, formado a partir do barramento do Ribeirão Pampulha na década de 1930, cuja bacia de drenagem do reservatório abriga uma população de mais de 500 mil habitantes e possui área de 97,91 Km2, dividida entre os municípios de Belo Horizonte (44,9%) e Contagem (55,1%). Informou que o Complexo da Pampulha é reconhecido como patrimônio histórico e cultural em nível nacional, estadual e municipal. No nível estadual, o tombamento foi efetivado em 1984 pelo IEPHA-MG (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico). No nível nacional, o conjunto de construções e a paisagem foram reconhecidos em 1997 pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, posteriormente, em 2003, foi também declarado patrimônio pela Fundação Municipal de Cultura. O Conjunto Moderno da Pampulha recebeu o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em maio de 2016. Sobre a hidrografia, a Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha recebe a contribuição direta de 08 córregos: Olhos D'água, AABB, Barauna, Bom Jesus, Sarandi, Ressaca, Tijuco e Mergulhão. Os córregos Ressaca e Sarandi, representam, aproximadamente, 70% de toda a vazão que chega à lagoa da Pampulha. A partir de 2002, intensificaram-se as ações para despoluição da Lagoa da Pampulha. Em 2021 foi realizado um Diagnóstico Técnico e foi elaborado o Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia da Lagoa da Pampulha decorrente de Ação Civil Pública da PBH e Auditoria TCE-MG, que culminou na realização de diversas obras de esgotamento sanitário pela COPASA, na bacia da Pampulha. Em 2023 foi homologado o Acordo Judicial e em 2024 foi assinado o Convênio de Cooperação – TCE-MG. Atualmente, a cobertura do sistema de esgotamento sanitário na bacia é de 99,5%, com atendimento de 96,6%. Apresentando um mapa com os índices de qualidade das águas dos tributários diretos à Lagoa da Pampulha, o palestrante informou que, de modo geral, os tributários apresentam um índice bom de qualidade da água, com exceção do Ressaca e Sarandi, com qualidade ruim, cujas águas passam pela ETAF - Estação de Tratamento de Águas Fluviais, antes de serem lançados na Lagoa. O palestrante apresentou, ainda, as melhorias que estão sendo feitas pela COPASA: instalação de 19 PVs lixeira e 14 PVs de tempo seco. A Estação de Monitoramento de Vazão de Esgoto, a Estação de Monitoramento da Qualidade da Água dos Efluentes da Bacia e o Poço de visita com medidor de nível ultrassônico estão em fase de implantação. O palestrante detalhou, também, o Projeto de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha (com o consórcio Pampulha Viva) que consiste na aplicação de duas tecnologias distintas e complementares. Uma consiste em um Biorremediador destinado à desinfecção e degradação de matéria orgânica, denominado ENZILIMP® e a outra em um Remediador Ambiental Físico-Químico desenvolvido especificamente para reduzir as concentrações de fósforo em ambientes aquáticos, denominado PHOSLOCK®. As tecnologias se destacam no cenário nacional e internacional, com comprovada eficiência e certificação no órgão ambiental competente, IBAMA. A aplicação combinada destas técnicas de recuperação ambiental possibilita atender plenamente os dispositivos da Resolução CONAMA Nº 357 de 2005, DN COPAM/CERH/001-08, considerando os limites da Classe III.

Em seguida, o palestrante mostrou os pontos de monitoramento da Lagoa da Pampulha. Em relação ao IQA - Índice de Qualidade da Água, para o mês de Fevereiro/26, apenas o ponto P1, próximo ao canal do Ressaca e Sarandi teve classificação aceitável, sendo que os outros pontos atingiram o parâmetro de qualidade boa. Em relação aos indicadores de eutrofização referentes ao mês de fevereiro de 2026, as metas contratuais estabelecidas no Projeto Básico foram todas atingidas: fósforo total, clorofila-a, cianobactérias e DBO, atendendo seus respectivos limites estipulados pela Resolução CONAMA 357/2005 para águas de Classe 3.

Encerrada a apresentação, a palavra foi novamente franqueada aos presentes.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, ressaltou a melhora na qualidade das águas da Lagoa da Pampulha. Questionou se a SMMA vai manter o mesmo tratamento que está sendo adotado ou se estão sendo estudados novos tipos de tratamento e se o monitoramento será mantido.

Em resposta, o Conselheiro e representante da SMMA, Pedro Franzoni, informou que a relação com o Consórcio está passando por um processo interno de organização, diante da transição da gestão da Lagoa da SMOBI para a SMMA. Sobre a licitação do tratamento, informou que o processo já foi iniciado, que foram estudadas algumas metodologias, inclusive o processo de tratamento do lago Xinglong na China, mas que o processo demanda o uso de macrófitas, o que foi negado pelo IPHAN. Com relação ao monitoramento, estão sendo realizados pela COPASA, pelo Consórcio e pelo IGAM. O palestrante informou, também, que está sendo estudada a possibilidade de levantar a cortina de sedimentos e está sendo avaliada a licitação do desassoreamento.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, ressaltou a importância do processo de desassoreamento da Lagoa e demonstrou sua preocupação com as inundações registradas na bacia da Pampulha, diante das mudanças climáticas.

Em resposta, o Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, informou que os registros de inundações foram ocasionados pela microdrenagem e que será executada uma obra para aumentar a capacidade do vertedor lateral da Lagoa.

O representante da COPASA, Thiago Miranda sugeriu a apresentação ao COMUSA, do Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia da Lagoa da Pampulha e informou que a COPASA registrou melhora nos índices de qualidade das águas da Lagoa.

O Conselheiro e representante da COPASA, Fernando SIlva, informou que a COPASA já está realizando o monitoramento em tempo integral da Pampulha, o que facilita a identificação de lançamentos clandestinos e outros tipos de contaminação das águas. Informou que os equipamentos estão em fase de testes, mas o monitoramento tem ajudado muito nas rotinas de manutenção da Companhia.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, perguntou se está sendo feito monitoramento dos efluentes industriais.

Em resposta, o Conselheiro Fernando SIlva informou que o equipamento só avalia quatro parâmetros: oxigênio dissolvido, turbidez, temperatura e sólidos suspensos e em alguns casos não é possível identificar a composição do lançamento, mas através dos 20 pontos de monitoramento da COPASA, é possível identificar o caminho do mesmo. Entretanto, informou que a COPASA acompanha os lançamentos de efluentes industriais através do PRECEND.

Encerrado o debate, o Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes colocou em votação a aprovação das atas das reuniões 173 a 177, que foram aprovadas.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Frederico Luciano Santos, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.